

Um dia na Câmara dos Deputados

Entrevista com Marcus André Vieira
AME da EBP/AMP

Por Eliane Costa Dias (EBP/AMP) e Margarida Assad (EBP/AMP)

Esta entrevista aborda os desafios contemporâneos da formação analítica e a luta contra a mercantilização de seu ensino. Destaca-se a mobilização de instituições brasileiras para barrar a criação de cursos de graduação em psicanálise, vistos como tentativa de regulamentação para lucro fácil por universidades privadas. Um ponto central da conversa foi a participação de Marcus André em uma audiência pública no Congresso Nacional, em que ele utilizou um fragmento clínico para transmitir a singularidade da experiência analítica frente a outros discursos, mercantis e universalizantes.

Margarida Assad: Inicialmente, Marcus, em nome da revista *Correio* número 96 e de nossa Comissão Editorial, quero agradecer sua disponibilidade em nos conceder esta entrevista. Nesta edição, escolhemos trabalhar a formação do analista, mas fora do clássico tripé – supervisão, análise pessoal e estudos teóricos–, como pensamos a formação dentro da orientação lacaniana? Dois textos de Jacques-Alain Miller nos orientaram no trabalho da Comissão Editorial: “La doctrina secreta de Lacan sobre la Escuela”¹ e “O desbaste da formação do analista”². Nesses dois textos, nos chamou a atenção a afirmação de Miller de que a formação é diferente de uma análise pessoal, pois a formação é efeito da experiência de Escola. É nesse sentido que gostaríamos de te ouvir, de saber o que você pensa a respeito, a partir de sua experiência de “fazer Escola” e, mais recentemente, de sua participação naquele momento da audiência pública realizada em Brasília, em setembro de 2025, que Eliane vai poder situar melhor.

¹ MILLER, J.-A. La doctrina secreta de Lacan sobre la Escuela. *El Caldero de la Escuela*, Buenos Aires, EOL, n. 24, p. 2-5, 2015.

² MILLER, J.-A. O desbaste da formação analítica. In: SANTIAGO, A. L. (org.). *A fábrica de psicanalistas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2025. p. 51-62.

Eliane Costa Dias: No Brasil, a oferta crescente de cursos de graduação em psicanálise por universidades privadas tornou-se objeto de atenção e mobilização do Movimento Articulação das Entidades Psicanalíticas Brasileiras – do qual a EBP e suas sete Seções fazem parte, constituído por representantes das diversas instituições psicanalíticas brasileiras com o objetivo de acompanhar e combater as iniciativas de regulamentação da psicanálise.

Segundo levantamento do Movimento junto ao Ministério da Educação, cursos propostos como de graduação em Psicanálise começaram a ser oferecidos em 2022. Atualmente existem pelo menos treze universidades privadas oferecendo esse tipo de curso, com fins lucrativos, em modalidade EAD (ensino virtual à distância), disponibilizando milhares de vagas. Alguns deles em vias de serem automaticamente reconhecidos.

Na luta por barrar essa oferta, a audiência pública realizada em 18 de setembro de 2025, junto à Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, em Brasília, foi um divisor de águas. Um momento histórico em que, diante de uma plenária cheia e cerca de dois mil participantes *on-line*, psicanalistas de diferentes instituições sustentaram com força a especificidade da prática, da formação e da ética da psicanálise.

Gostaríamos de te ouvir sobre o que foi a participação naquele evento e como você lê esse recente movimento de oferta de cursos de psicanálise por instituições privadas, muitas delas ligadas a entidades religiosas.

Marcus André Vieira: Agradeço o convite. É um prazer. Considero que esse movimento de trabalho da nossa Escola e de outras entidades de psicanálise, já há mais de duas décadas, com o Movimento Articulação é essencial. A Articulação tem sido um fórum e um instrumento de trabalho eficaz e tem feito diferença. Trata-se de um trabalho difícil, que supõe montagem de diferenças, absolutas muitas vezes, sobre o que é a formação, o que é a psicanálise, o que é uma instituição psicanalítica. Se tem sido possível, me parece, é porque alguma coisa exterior a isso tudo permite um mínimo de convergência. Não se trata de que as entidades nessa Articulação pensem igual. A psicanálise tem que ser assim mesmo, meio plural, meio Babel. Mas, trata-se de uma necessidade de convergência pontual e, ao mesmo tempo, uma estabilidade de trabalho na duração desse conjunto. As duas coisas têm sido conquistadas, realizadas. Acho isso impressionante, merecendo a interpretação de que há alguma coisa muito externa aos integrantes desse movimento e

que dá a ele um mínimo de concatenação. Nesses anos de trabalho, essa coisa externa se concretizou em intervenções ou projetos de lei envolvendo sobretudo a bancada evangélica, um fenômeno não tão recente, e agora, talvez mais claramente, um processo que poderíamos chamar de mercantilização. De fato, aconteceu uma espécie de *boom* das terapias, talvez em parte por conta da pandemia, mas não só: há uma série de elementos que justificam essa explosão do mercado das terapias. Além do *home office*, destaco ao menos a ideia de que o sujeito empreendedor de si mesmo precisa estar o tempo todo em “sua melhor versão”, como se diz. Talvez as terapias tenham vindo como esse complemento de reforço desse desenho neoliberal. Não sei. Sabemos, hoje, porém quantas pessoas estão fazendo o consultório somente pelo Instagram. Então, temos que analisar essas duas grandes forças. Por um lado, aquilo que se materializa nessa demanda dos pastores de poderem cobrar pelos seus aconselhamentos, escolhendo para nomear essa prática o significante *psicanálise*. Por outro lado, os cursos de graduação, naquelas universidades que propõem um ensino apenas *on-line*, porque é o funcionamento mais massificado no que diz respeito ao número de inscrições e a um lucro importante. E essa massificação, essa expansão em massa de cursos a baixo custo, voltados para muita gente das classes C e D, também tem interesse no significante *psicanálise*. Essa pode ser uma leitura do momento atual, que precisamos analisar juntos.

A própria Articulação tem feito essa análise. Talvez fosse melhor entrevistar nossos representantes junto à Articulação, como você mesma Eliane. O que posso dizer é como leio aquele momento da audiência pública. Sei que foi uma estratégia da Articulação para conquistar a atenção ou uma escuta do MEC. Alguma coisa como “Um dia na Câmara dos Deputados”, isso é o que posso contar. Aprendi demais, para começar, sobre a necessidade imperativa de viajar, de estar com o corpo na ação lacaniana.

Um ponto que me surpreendeu e merece ser destacado de partida: as instituições que têm um movimento menos unificado levaram muitos representantes porque se configuram como uma federação. As instituições lacanianas mais federativas levaram representantes de cada unidade de suas federações. E foi isso o que fez a massa de pessoas presentes no evento. Foi impressionante ver a sala lotada, de gente que pegou avião ou ônibus, de várias instituições de psicanálise, cerca de umas duzentas pessoas presentes. Isso deu um clima, fez diferença. Só entendi isso porque estava lá. Faz diferença para os políticos, quando se trata de uma audiência pública.

Um segundo ponto a destacar: a estratégia da Articulação foi procurar pessoas, dentro das várias instituições, que trouxessem um discurso menos dentro da Articulação,

do próprio movimento de ação, mas que falassem da posição mais geral da psicanálise em relação à formação. E foi isso a audiência: uma sequência de falas preparadas anteriormente, definindo mais ou menos um ponto para cada um que tomaria a palavra. Essas diferentes falas transmitiram vários ângulos da psicanálise, tentando evidenciar o que não é possível abrir mão em nossa formação. Em minha intervenção, o que me pareceu ter feito muita diferença, e foi um pouco de improviso, foi eu ter escolhido inserir um fragmento clínico.

Margarida: Marcus, nós gostaríamos de destacar esse momento desse fragmento clínico, pois nos parece que isso trouxe um diferencial para o que seria essa ação lacaniana.

Marcus: Realmente, houve mesmo um efeito dessa audiência. A primeira coisa a dizer é que depois dela foi possível para a Articulação retomar o trabalho de outra maneira, o que levou a essa conquista muito importante que foi a mudança do nome dos cursos, ditos experimentais, abertos no governo Bolsonaro. Não era possível simplesmente decretar que esses cursos não existiam. Foi preciso fazer esse deslocamento para “Estudos teóricos psicanalíticos e sociais”. A partir da audiência, houve uma abertura que levou a todo um trabalho da Articulação que levou a essa grande vitória. E, penso que o maior efeito desse fragmento clínico tenha sido exatamente de abertura. Abertura no sentido de que o deputado que estava coordenando, assim como outros deputados convidados que passaram pela audiência, isso é visível na transmissão do vídeo da audiência, se deram conta de que tinha alguma coisa ali de uma realidade específica, e forte, e que não era de outro mundo, que eles poderiam de algum modo conhecer. Digo isso do ponto de vista do legislador. A impressão que dá é que eles saíam um pouco diferentes depois desse momento da sequência de falas.

Margarida: Mas você poderia desenvolver um pouco mais o que seria para você esse falar da clínica?

Marcus: Quando ficamos no terreno das ideias, é muito fácil politizar ideias, criar e sustentar uma polarização. Ou apontar para um inimigo do tipo espantalho. E verificamos, também, as inversões, projeções paranoides do tipo ‘o opressor se dizer oprimido’, por exemplo. Acontece o tempo todo nas redes sociais. E vimos acontecer na audiência. Por exemplo, o próprio representante de um dos cursos de graduação, que estava presente,

inicialmente tentou uma estratégia de dizer “Estamos todos no mesmo barco, somos nós contra as neurociências”. Falhou. O próximo argumento foi: “Nós somos os democráticos, vocês são os elitistas, vocês querem apenas mercado privado para vocês”. Ele utilizou o argumento do privado, numa inversão, pois quem quer o mercado privado e quer faturar são eles. Do mesmo modo, afirmou: “Nós somos o futuro da psicanálise porque nós acolhemos os pobres.”. Então, quando estamos nesse campo das afirmações meio vazias de lastro concreto, fica difícil. Naquela situação, o que fez diferença com o caso clínico talvez não tenha tanto sido o que se contou, não foi porque se contou um caso ou se contou uma história, mas porque, nela, havia um lastro de coisa vivida, existente. Nós muitas vezes somos presa fácil desses mercadores do capitalismo. Quando a gente diz ‘a psicanálise não é, não é, não é...’, travamos o debate no terreno das ideias negativas, fica muito difícil de não ser tomado nessas manipulações. No mundo da polarização e das redes de hoje, que vive em um tudo ou nada absolutizante, acabamos contra as cordas. Então, penso que esse fragmento clínico surtiu efeito, não apenas porque foi humano, porque foi simples, foi popular, porque não foi neurociência, mas porque trouxe alguma coisa que se diz, que é, que ali está. O que era essa coisa no caso específico do fragmentozinho? Simplesmente a possibilidade de que “uma mãe que perdeu um filho sobreviveu; mas a mesma mãe quando perde seu gato desaba”. Ou seja, aquilo que é o universal, do senso comum – nenhuma mãe suporta a perda de um filho –, se apresenta desviado, se apresenta meio bizarro: “Como assim, a perda do gato é pior?”, “Como assim, um gato vale mais que um filho?”. É quase clássico na nossa clínica. Por exemplo, quando o Homem dos Ratos não chora no enterro do pai, é um deslocamento – mas que mostra o ser humano meio torto, capaz de deslocar uma dor e com isso vivê-la de banda. Essa ambiguidade da clínica e essas coisas meio tortas da clínica, elas se apresentaram e foram a abertura. Em vez de apenas dizermos que a psicanálise não é psicoterapia, não é regulável, tentei trazer a presença de um sujeito meio descentrado pelo seu próprio gozo.

Eliane: Isso abriu caminho para que, na continuidade da conversa e das negociações, o MEC pudesse incluir algo do discurso analítico, do discurso das instituições de psicanálise. Nas conversas posteriores com o MEC, os técnicos praticamente incorporaram muitos dos termos e dos argumentos reafirmados pela comissão do Movimento Articulação ao texto da Norma Técnica e da Portaria subsequentes à audiência.

Marcus: Na audiência havia a presença evidente de um discurso humanista democrático, encarnado, por exemplo, na maravilhosa representante do CRP, cujo nome me falha agora. Ela sustentou um discurso de liberdade, antiopressão, vale a pena se reportar a ele. Só que, rapidamente, se pode inverter isso tudo isso como sabemos. Não é o que vivemos em nosso país? Um discurso democrático, que quer proteger grupos minoritários, imediatamente é acusado de ditadura da liberdade de expressão, quando só o que se quer é que não haja uma liberdade de opressão. O discurso democrático estava presente e muito bem sustentado, mas a polarização já estava estabelecida: quem já estava convencido bateu muitas palmas, quem estava contra – os representantes das universidades privadas – ignorou. Na audiência, tínhamos, também, o discurso da ciência, privatizada pelos médicos, afirmando que só médicos e psicólogos podem mexer com essas coisas; só o CRM e o CRP poderiam definir esses cursos porque só eles seriam ciência, na tentativa de puxarem para si a capacidade de definir quem é psicanalista. E estavam os psicanalistas defendendo que não se pode regular, não se pode objetivar, não se pode ensinar na universidade. Mas penso que seria preciso apresentar também do que se trata: nós tratamos do desumano no humano; nós tratamos daquilo que não funciona. Não só não funciona, como é feio; não só é feio, como não é aceitável, às vezes até, digamos, democraticamente. Tudo isso faz parte do nosso trabalho. É claro que não deu para dizer isso naquele contexto. Mas, muitas vezes, em um fragmento clínico aparece o nosso objeto *a*, o nosso resto, a nossa miséria envergonhada, uma miséria que só produz mais miséria, mas uma miséria que, apesar de mim, me leva adiante.

Eliane: O fragmento da clínica ressoou. E foi possível colher efeitos dessa ressonância.

Margarida: Sobre esses efeitos, para concluirmos, precisamos pensar *a posteriori*, o que podemos extrair de algo que você chegou a trazer em sua fala na audiência, sobre a ação lacaniana, no sentido de uma imersão, da formação do analista como uma imersão na instituição, numa relação associativa. Como tudo isso tem efeitos, também, na nossa prática enquanto formação? Como podemos pensar a formação dentro da nossa Escola um pouco além, mas fora de algo federativo já que somos múltiplos? Essa relação associativa tem um efeito de formação. O que você pode nos dizer?

Marcus: É difícil. Posso dar meu testemunho. Dizer que aprendi muita coisa e que senti forte a necessidade de não me perder em nenhum momento do fio cortante da navalha

analítica. O que for o fundamental da formação, o específico do discurso analítico, se não estiver ali, na ponta da língua, todo o resto vai embora. Senti sob a forma de uma exigência, na hora, de ter uma “coisinha” onde me segurar, e foi o fragmento do Digaí Maré que me veio. E entendo que essa necessidade de se manter mais que antes no fio cortante, é enorme nos dias de hoje. Não podemos nos dar ao luxo de dizermos verdades óbvias, ou significações compartilhadas bem ditas para, depois, dizermos que não é bem assim, que explicaremos melhor. É preciso dizer o que é a psicanálise. Se, por exemplo, pretendo dar um curso na feira de cursos atual, e eu não disser o que é psicanálise no que ela tem de perturbador; se eu me aproximar dela dizendo o que ela não é; se for pelo método fático, como diz Miller em “A palavra que fere”³, ou seja, pela negação, somos só mais um na prateleira e nenhum de nós está fazendo a psicanálise sobreviver a nós. Lembro quando abri Garcia-Roza, em *Freud e o inconsciente*: ele dizia ser mais fácil dizer o que não é o inconsciente – o inconsciente não é isso, não é isso, não é isso. Isso funciona, mas precisa de um tanto de boa vontade. Em um terreno aguerrido, de luta, fica difícil.

Bom, são elementos do meu aprendizado na imersão na Câmara dos Deputados, na imersão em outros espaços. Falando em imersão, não podemos esquecer que nossa formação é por imersão, precisamos da imersão na Escola, além do tripé freudiano, claro, se quisermos ter certeza do que é a psicanálise. Ou seja, precisamos estar imersos na Escola para podermos estar imersos em outros lugares, capazes de dizer da psicanálise. É muita imersão. Talvez seja preciso também que a Escola, como sujeito, ou alguns dos fazeres da Escola, possam se imergir em outros espaços. Para que possamos perceber, por exemplo, que não há mais refúgio. Miller já nos disse isso em “O desencantamento da psicanálise”⁴. Precisamos fazer a imersão na Escola sabendo que a Escola já está imersa em muita coisa, não está fora. Vejo a necessidade da imersão na Escola, sem a qual não há psicanálise. Ao mesmo tempo, se a Escola não estiver imersa em espaços de luta, como hoje, esse vaivém entre o real em uma análise e sua transmissão em espaços públicos se torna muito difícil.

³ MILLER, J.-A. A palavra que fere. *Opção Lacaniana, Revista Brasileira Internacional de Psicanálise*, São Paulo, n. 56-57, p. 67-71, jul. 2010.

⁴ MILLER, J.-A. O desencantamento da psicanálise. In: MILLER, J.-A. *A “formação” do analista. Opção Lacaniana*, São Paulo, n. 37, 2003.

Eliane: Quando você diz isso, me parece que o argumento da extimidade da psicanálise, embora verdadeiro, já não é mais um refúgio.

Margarida: Preciso e cortante, Marcus. Muito obrigado!

Marcus: Eu é que agradeço.

Transcrição feita pela IA Notebook LM (Google)

Edição: Eliane Costa Dias